



Estereótipos de identidades não-hegemônicas

Liane Schneider*

Discussões relacionadas a questões de identidade dos sujeitos contemporâneos têm sido extremamente frequentes dentro e fora da academia, principalmente desde o século passado. É inegável a impulsão que tais temas sofreram em consequência do desenvolvimento dos estudos ligados à psicanálise, à organização das mulheres, à subalternidade e à colonização. A partir da consciência da diferença entre os sujeitos, as particularidades e essencialismos foram envolvidos na formação da subjetividade, onde a noção de que há um *outro* que nos questiona, que provoca nossa constante redefinição passou a embasar as perspectivas críticas e teóricas de diversas áreas de estudo. Se em alguns terrenos o *outro* era diferenciado por suas características sexuais, em outros setores a relação que se estabelecia entre o sujeito e esse *outro* resultava de diferenciações étnicas, raciais, nacionais, entre outras.

Seguindo uma fase claramente essencialista de subjetivação, onde se defendeu exclusivamente a diferença específica (gênero,

* Prof^ª. Adjunta da UFPB. Atual Coordenadora do GT da ANPOLL. “A mulher na literatura” (2006-2008)

raça, etnia, nacionalidade) como se opondo a um padrão “universal” de subjetividade, que comportaria as marcas atreladas a posições de poder mais centrais, padrão esse geralmente definido como masculino, branco, ocidental, diferentes discursos críticos questionaram a estabilidade de tais essências e os binarismos que a ilusão de essência inaugurava. Nesse sentido, se o significante *mulher* existe em oposição a *homem*, obviamente isso não é igual a afirmar que *todas as mulheres são iguais e todas são diferentes de todos os homens*. Na verdade, o que passou a fazer parte das discussões atreladas a política de identidades é a diferença existente dentro das categorias, o que acabou implodindo a noção de essência estável.

Certamente, algumas áreas do conhecimento continuam levando muito em conta a questão da experiência individual, da construção de identidade a partir do privado e das narrativas sobre a opressão experienciada pelo sujeito, interessadas que estão em destacar o lugar que ocupamos dentro da teia social; contudo, ficou claro que isso não garante estabilidade alguma em termos de identidade, e tampouco que tal experiência se aplique igualmente a outros sujeitos diferentes. Concordando com Ella Shohat, devemos partir da premissa de que “gêneros, sexualidades, raças, classes, nações e, até mesmo, continentes não existem como entidades hermeticamente seladas, mas preferivelmente, como parte de um conjunto de relações entrelaçadas e permeáveis” (SHOHAT, p. 20).

Em outras palavras, não nos é mais possível considerar apenas uma variável de diferença isolada, seja essa o gênero, a nacionalidade ou outra qualquer, já que somos sujeitos construídos ao longo de vários eixos - influenciados e determinados por vários setores que fazem parte da nossa inscrição social e política. Qual de tais eixos que nos constituem e nos localizam irá assumir posição predominante em nosso processo de subjetivação é algo que depende de nossas posições histórico-políticas, do lugar que ocupamos e de onde falamos no momento da elocução.

Exatamente por isso tem se tornado tão freqüente a tentativa de diálogo entre sujeitos que possuem alguma base em comum, por exemplo, sujeitos femininos, sem que se acredite que tal semelhança seja suficiente para que esses se identifiquem e lutem por agendas exatamente iguais. Há discordâncias e dissonâncias entre os “aparentemente semelhantes”. Na verdade, passou a ser um dos desafios do feminismo contemporâneo fazer uma releitura dialógica das experiências e representações de sujeitos femininos diferentes, sem, contudo criar-se uma nova noção de binarismo, onde tudo que foge à norma branca e ocidental estaria agrupado no pólo oposto dos ‘sujeitos (femininos) oprimidos e explorados’. Nesse sentido, Ella Shohat defende o fim do binarismo *norma versus outro*, destacando que o necessário é que se produza conhecimento relacional, isto é, dentro das relações que se estabelecem entre os vários sujeitos diferentes (Cf. SHOHAT, p. 21). Shohat debruçava-se ali sobre questões relativas aos sujeitos femininos, embora várias de suas observações são interessantes para que se analise a possibilidade de troca e de contribuição entre quaisquer sujeitos contemporâneos a partir de um questionamento das fronteiras (políticas, psicológicas, nacionais) artificialmente criadas ao longo de séculos.

Contudo, é importante que se leve em conta que há fronteiras reais, e essas são as que realmente limitam e definem a vida de todo e qualquer sujeito do mundo definido como globalizado. Tais fronteiras não podem ser apenas compreendidas como imposição dos centros de poder, já que os excluídos de um sistema também tendem a criar algumas fronteiras a fim de reforçar sua identidade como sujeitos discriminados por suas diferenças. Sadan Marup, crítico literário e cultural, afirma que qualquer grupo minoritário, quando confrontado com atos hostis reage de várias formas: uma dessas reações é voltar-se para si mesmo, aprofundando laços culturais com seus semelhantes a fim de construir uma frente unida contra seu

opressor. Assim, o grupo ganharia força através da sua identidade coletiva, valorizando sua própria cultura e não se integrando ao “grupo dominante”. (Cf. MARUP, p. 3)¹. Exatamente dentro dessa perspectiva, buscando falar em primeiro lugar para “os seus” e, até para si mesmo(a), na tentativa de se reconstruir é que se destaca a criação narrativa como possibilidade de formação da identidade não apenas individual, mas também coletiva.

No caso de escritores(as) indígenas, principalmente aqueles(as) que mantiveram um contato mais próximo com suas culturas de origem e com a carga cultural repassada através de relatos orais, a narrativa escrita, via de regra publicada na língua oficial do país em que vivem, em geral, a língua do antigo colonizador, assume o papel de exercício de experiência, de posicionalidade, de autoconstrução. Mesmo quando tais autores(as) abandonam os gêneros tradicionais das tribos a que pertencem, eles(as) não abandonam a cultura indígena. Segundo Simard, eles geralmente fazem experiências em tais gêneros não-indígenas, usando novas formas para a reconstrução de seus mitos, enquanto que reescrevem e representam algumas características da cultura indígena tais como circularidade, polivocalismo, ambigüidade, uma visão ecossistêmica de mundo, tribalismo, misticismo inerente e espiritualidade, forte identificação com lugares, entre outros. (Cf. SIMARD, p. 245).

De acordo com o crítico literário Jace Weaver, o papel desempenhado pelos escritores indígenas é bastante relevante para toda a comunidade. Além de questionar definições fixas e estereotipadas sobre os indígenas, tais textos colaboram no sentido de fazer com que esses pensem sobre suas identidades de “dentro para fora”, ao invés de apenas serem definidos pelo olhar externo, pela sociedade dominante (Cf. WEAVER, p. 5). Tal literatura é um indicativo de

¹ As traduções de originais em inglês são de responsabilidade da autora do artigo.

resistência por parte de uma cultura definida como minoritária; representa uma possibilidade de utilizar as brechas e lacunas que existem em qualquer sistema opressivo, criando alternativas inesperadas para a afirmação da cultura minoritária.

É verdade que o ato de apropriar-se da língua do antigo colonizador implica certo grau de ambivalência. Mais especificamente nos Estados Unidos, através do uso do inglês, escritores indígenas conseguem reconstruir perspectivas plurais e sincréticas de mundo, ou, até mais do que isso, conseguem descrever sua adaptação quanto ao fato de viver entre dois mundos, reconfirmando suas identidades fragmentadas (SCHNEIDER, p. 47). Segundo afirmações apresentadas no livro *The Empire Writes Back*, a língua do colonizador passa a carregar o peso de uma experiência cultural diferente (ASCHCROFT; GRIFITHS; TIFFIN, p. 38). Se as feministas anteriormente inauguraram o questionamento da linguagem masculinista e chauvinista tanto na escrita quanto na fala, os povos indígenas, através da apropriação do inglês, passaram a questionar os padrões da literatura americana (SCHNEIDER, p. 47). Dessa forma, a literatura indígena tem demonstrado que um texto de escritor indígena não precisa necessariamente retratar o índio coberto por penas e contas para ser definido como ‘autêntico’; a literatura indígena contemporânea adapta e adota as formas antes definidas como estranhas em relação às suas culturas.

No caso específico de escritoras indígenas, Kathleen Donovan defende que seus textos demonstram que o ato de contar histórias, seja oralmente ou na forma escrita, consegue estabelecer “novos alinhamentos ao longo de fronteiras nacionais e de gênero e podem ser interpretadas como uma fonte de resistência e continuidade” (DONOVAN, p. 14). Paula Gunn Allen, preocupada com a questão da representação, afirma que “o controle indígena do processo de disseminação de informação e construção de imagens é crucial” e a literatura produzida por autores indígenas contemporâneos, “espe-

cialmente de escritores centrados na figura de mulheres, é importante elemento da resistência ao genocídio cultural e espiritual” (ALLEN, p. 42). É dentro dessa perspectiva que destacamos a importância da construção de identidades públicas mais positivas e menos estereotipadas de sujeitos indígenas a partir de perspectivas sensíveis aos traços culturais específicos de tais segmentos sociais.

No sentido de verificar como tópicos ligados à identidade, sujeito e diferença são tratados na literatura contemporânea de grupos definidos como minoritários², passaremos a analisar um conto de LeAnne Howe, escritora indígena contemporânea dos Estados Unidos. Nosso objetivo será verificar como a autora utiliza as formas de relato orais sobre viagens, deslocamentos e experiências para questionar e reconstruir a si própria, o grupo cultural a que pertence, bem como o país em que se insere, ou seja, os Estados Unidos.

Localizando a “América” e os americanos através do texto de Howe

Em seu conto “An American in New York”, LeAnne Howe introduz, logo em sua primeira sentença uma idéia de decepção ou surpresa com a Nova Iorque dos anos oitenta: “a primeira coisa que percebi quando estive em Nova Iorque é que todos ali são diferentes do que parecem ser: JAPs são princesas judaico-americanas, os árabes são os “cabeças de pano” e os haitianos são taxistas (HOWE, p. 245)³. Percebe-se que a autora está destacando, logo no início de seu texto, que todos naquela metrópole são vítimas de estereótipos com

² A noção de ‘minoría’ geralmente é construída a partir de um olhar que se considera central, majoritário e dominante, mas pode e é freqüentemente utilizada exatamente por grupos assim adjetivados no questionamento das relações de poder.

³ Todas as referências ao conto de Howe aparecerão dessa forma e são da mesma edição.

base nas diferenças étnicas, raciais, culturais, mesmo num ambiente como Nova Iorque, onde a diversidade sempre foi regra.

Nesse sentido, o título do conto “An American in New York” já indica o tom irônico que o texto irá assumir. Nada seria mais provável do que o fato de se encontrar um (ou vários) americano(s) em Nova Iorque, principalmente se este americano for da América do Norte. No entanto, no relato que constrói, a autora não apenas mostra a diversidade da composição da população de Nova Iorque, como também mostra a estranheza que um nativo, ou “a” americana mencionada no título de seu conto, enfrenta ao tentar se situar dentro de um dos marcos da cultura americana e ocidental – a ‘big apple’, que se constrói como um enigma ao longo da narrativa. Linda Hutcheon afirmava em *Teoria e Política da Ironia* que a cena da ironia, é sempre uma cena social e política “que envolve relações de poder baseadas em relações de comunicação, envolvendo assim inevitavelmente tópicos sensíveis tais como exclusão e inclusão, intervenção e evasão” (HUTCHEON, p. 17). Assim, é possível ler o título do conto como uma tentativa de inclusão do olhar da narradora na história daquela megalópole. Seu olhar sobre Nova Iorque é crítico e político, como veremos a seguir.

A protagonista e narradora, que relata e descreve os fatos em primeira pessoa e que se confunde com a própria LeAnne Howe autora, faz uma recuperação dos fatos ocorridos ao longo da sua estadia em Nova Iorque. Essa é uma estória de viagens e experiências, aliás, bastante freqüente nas tradições tribais, sendo que aqui as mais variadas vozes componentes da cultura estadunidense contemporânea, inclusive as não-nativas, colaboram com algumas pinceladas. Em meio a esses relatos, apresentações e desconstruções da cidade e cultura norte-americanas, a narradora, uma indígena de Oklahoma, confessa que veio a NY a negócios, como representante do governo americano. De imediato ela afirma haver algo hipócrita no fato de uma indígena estar vendendo títulos do governo dos Es-

tados Unidos (HOWE, p. 246). Sua função em NY seria melhorar as vendas dos títulos governamentais, e seu chefe espera que ela, munida de dólares, “convença” os investidores a comprarem esses de forma mais significativa. São as palavras do chefe: “Divirta-os, leve-os para jantar fora, deixe-os de pileque, leve-os a shows. Faça o que for preciso para que eles negociem nossos títulos de forma mais eficiente” (HOWE, p. 246). Aqui ocorre uma óbvia inversão de posições historicamente assumidas, onde a indígena irá seduzir o branco com ofertas atraentes e, muitas vezes, enganadoras. Após essa ordem do chefe, a narradora resmunga consigo mesma, relembando a história da colonização do país: “Yes, Kimosabe. Me go to New York. Me make ‘em like Indians”⁴ (HOWE, p. 246).

A narradora carrega consigo suas penas de falcão e afirma tê-las usado não apenas como proteção, mas também como propaganda: “um índio de penas é tudo que aquele pessoal reconheceria; (...) afinal, eu sou uma americana em Nova Iorque” (HOWE, p. 247). A narradora lamenta que ninguém captou a ironia, assim como ela não entendeu nem reconheceu na cidade a magia que Frank Sinatra cantava em *New York, New York*. Vale citar novamente Linda Hutcheon, quando essa afirma que, “para que a ironia funcione, ela precisa ter uma aresta crítica, uma complexidade semântica, dependendo de comunidades discursivas” (HUTCHEON, p. 19). Se a ironia acontece em alguma coisa chamada “discurso”, “suas dimensões semântica e sintática não podem ser consideradas separadamente dos aspectos social, histórico e cultural de seus contextos de emprego e atribuição” (HUTCHEON, p. 36). Portanto, se a comunicação aqui não foi satisfatória, se a ironia inclusive parece não funcionar, isso se deve ao fato de Howe, mesmo sendo americana, estar traduzindo a cidade a partir de um outro lugar, de uma outra perspectiva. Quando Howe cita que sua protagonista seria ‘Uma americana em Nova Iorque’, ela

⁴ Sim, mim sabe. Mim vai a NY e vai tratá-los como índios.

está querendo marcar esse lugar ocupado por ela na cidade como de exceção, já que ninguém parece pertencer à cidade.

Após visitar ansiosamente todos os pontos turísticos possíveis procurando pela cidade imaginária, a protagonista conclui:

Não foi à toa que vendemos todo esse lugar por 26 contos e umas contas. Eu não pagaria nem 26 centavos por toda a ilha hoje. Ela cheira mal. Há enormes pilhas de lixo por todo o lado. (...) Não dá para ver o céu. É horrível (HOWE, p. 247).

Seguindo esse contato com aspectos negativos e passando a desidealizar o que seria o símbolo do ‘sonho americano’, a narradora resmunga um ‘sonofabitch’, pensando em Woody Allen e seu filme *Manhattan*. Tudo artificial e decepcionante, ela conclui. Relembra que isso é tão decepcionante quanto deve ter sido para o novaiorquino que foi a Oklahoma, a encontrou trabalhando no aeroporto e questionou: “Onde estão todos os índios e as ocas?” “Bem aqui a sua frente”, ela respondeu. “Eu sou indígena”. “Você? Você quer dizer que vive em uma casa como nós?”, confere o novaiorquino. “Bem, na verdade eu vivo em um apartamento”, respondeu ela (Howe, p. 248). Pela justaposição das duas situações, através da comparação de estereótipos quanto ao lugar ou às pessoas que o habitam, a narradora consegue perceber a fragilidade das definições do ‘outro’, conscientizando-se quanto ao problema da representação. Em “Quando foi o pós-colonial? Pensando no limite”, Stuart Hall defende que “os binarismos políticos não estabilizam o campo do antagonismo político (se é que já o fizeram)” e que “as posições políticas não são fixas” (HALL, 2003, p. 104). Assim, segundo Hall, o pós-colonialismo seria uma tentativa de posicionamento dentro desse campo aberto e flexível que é a situação pós-colonial. LeAnne Howe em “An American in New York” parece, de fato, pouco interessada em criar ou demonstrar meras oposições entre os mundos

indígena e norte-americano hegemônico. A ironia é seu instrumento para manter certa flexibilidade identitária, demonstrando que são risíveis tanto as expectativas de nova-iorquinos quanto a ocas contemporâneas quanto de indígenas em Nova Iorque em busca do “verdadeiro” clima da Broadway.

Após todos esses necessários deslocamentos e quebra de estereótipos, tanto a partir da perspectiva cultural dominante quanto da narradora, que se sente à margem, o texto faz uma referência ao fato de que em Nova Iorque vivem todas as populações do mundo: há mais dominicanos em NY do que em qualquer parte, exceto Santo Domingo, mais gregos do que em qualquer outro lugar, exceto Atenas. A maioria dos imigrantes vem para NY sabendo que essa é uma cidade onde todos são ‘alien’ (estrangeiro, forasteiro) e onde, ao mesmo tempo, ninguém é ‘alien’⁵. Exatamente por poder ser retratada como sendo composta por “todos” os povos e, assim, por nenhum, Manhattan estaria, simbolicamente preparada para representar o entre-lugar, o lugar que é de todos e de ninguém, onde identidades se constroem e se dissolvem sucessivamente. Portanto, esse lugar hibridizado, mesclado, caleidoscópico reforça a idéia de uma megalópole onde a identidade tem de ser afirmada a cada instante, onde todos grupos sociais têm necessariamente de se organizar a fim de obter alguma visibilidade e evitar o desaparecimento em um mar de diferenças tão variadas e estereótipos incessantemente reconstruídos.

Por ser um entre-lugar, a cidade impõe à narradora do conto de Howe situações que a deixam completamente insegura e sem referência. Quando decide contratar um passeio de carruagem pelo Central Park, o condutor lhe apresenta a cidade é um irlandês re-

⁵ Preferi aqui conservar o termo em inglês, ‘alien’, pois, além de significar estrangeiro, forasteiro, tal significante também incorpora uma idéia de alienígena, não-pertencente ao mundo como o conhecemos.

cém-chegado aos Estados Unidos de sobrenome MacDonald (seria essa mais uma ironia?). A narradora paga um extra a fim de que o condutor deixe o parque e circule por outras ruas e bairros. Na verdade, o que ela compra aqui é mais uma visão de posições invertidas e deslocadas. Logo de início o irlandês começa a criticar as políticas de imigração atuais, que deixam todos “esses novos imigrantes, esse pessoal do Oriente Médio, esses fugitivos haitianos que chegam de navio, esses hispânicos perambulantes que não podem ser assimilados por nossa sociedade” entrar aqui (HOWE, p. 251). “Nossa sociedade?”, questiona ela. “Sim, nossa sociedade”, confirma ele, deixando claro que em breve terá cidadania americana e que quer o que todos querem – “comer hambúrgueres e pizza, comprar roupas de grife e relógios suíços. (...) É para isso que viemos para cá” (HOWE, p. 251).

A seguir a protagonista vê a carruagem desembocar no Hell’s Kitchen, então bairro de prostituição na baixa *Manhattan*. Ela, numa carruagem turística, passeando entre as prostitutas e michês, não pode negar o tom surreal que o passeio assumiu. O irlandês compara todos ali a ratos, que somem assim que a polícia se aproxima. Em seguida ele a avisa que seu passeio também acabou. A narradora desce da carruagem, coloca as penas de falcão, agora por proteção, e espera por um táxi. Em mais um encontro ou desencontro de identidades diversas, agora o taxista é nigeriano. Quando ele pergunta de onde ela é, ela afirma: “Eu sou daqui mesmo, eu sou indígena” (p. 253). O nigeriano se emociona e afirma que ela, sim, é a verdadeira americana; que ele está estudando na escola sobre os índios, que ele sente muito pelas injustiças históricas. Mal acreditando no que ouve, a narradora conclui: “Aqui está esse nigeriano que mal fala inglês, me guiando por Nova Iorque durante a madrugada, tentando me confortar quanto aos problemas dos índios”. (HOWE, p. 253). Quando ele a deixa na *Staten Island Ferry*, já que ela pretende ver a Estátua da Liberdade, a narradora só consegue pensar sobre

sua ambivalência em relação aos imigrantes recém-chegados. Olhando positivamente, poderia chamar o que sentia de ambivalência. Negativamente, seria racismo (HOWE, p. 253). Mesmo dividida, conclui que toda a leva de gente branca que veio para as Américas foi responsável pelo seu nascimento (já que também é, em parte, branca). Indo ao encontro da Estátua da Liberdade, ela considera que talvez a vinda de imigrantes tenha sido, no final das contas, positiva. Acabou tornando os indígenas mais fortes (HOWE, p. 255).

Quase ao final do texto, a narradora aproxima-se da Estátua da Liberdade. Olhando para a estátua, ela lembra de todos os indígenas, amontoados em reservas, das prostitutas do Hell's Kitchen, de seus cafetões, do condutor irlandês, do taxista nigeriano. Mesmo dois anos após tal viagem, durante os festejos de 4 de julho e os 100 anos da Estátua, ao reconstruir seu relato, a narradora dá-se conta de que em todas as celebrações da época nenhuma palavra foi mencionada sobre os indígenas; apenas os imigrantes foram citados e homenageados. Ainda assim, ela acredita que Emma Lazarus, poeta-judia americana, portanto, outra indentidade hifenizada, que escreveu o famoso poema adaptado como boas vindas aos imigrantes que chegavam à América, poderia bem ter sido indígena, já que disse: “Me dêem suas massas cansadas, pobres, ansiosas por respirar liberdade...”. E Howe termina com a frase: “Isso feito, para onde vamos agora?” (HOWE, p. 255), apontando que nada foi solucionado nem está garantido, que as massas amontoadas de pobres e cansados continuam existindo também nos Estados Unidos e a liberdade continua sendo um sonho para a maioria da população mundial.

Linda Hutcheon afirma que, no caso específico dos indígenas norte-americanos, as “arestas da ironia dão aos seus textos uma habilidade de sobrevivência, um instrumento para reconhecer complexidade, um meio de expor ou subverter ideologias hegemônicas opressivas, e uma arte para afirmar a vida ao enfrentar problemas objetivos”. (HOWE, p. 49). O que LeAnne Howe apresenta no con-

to analisado é um exame complexo do que é ser americano(a) hoje, desmascarando as ilusões antes vendidas e hoje perdidas quanto ao sucesso de um modelo capitalista aparentemente inclusivo, onde todos teriam entrada desde que vendessem seu trabalho de forma barata e consumissem o que lhes fosse oferecido. Se a ironia, ainda segundo Hutcheon, tem sido bastante usada por “feministas e escritores pós-coloniais como um instrumento poderoso na luta contra uma autoridade dominante, servindo para deslocar e aniquilar uma visão dominante de mundo” (HOWE, p. 54), aqui Howe a utiliza como instrumento de desconstrução de uma visão dominante do símbolo maior do Ocidente contemporâneo, a tão desejada maçã americana, a ‘big apple’. Vários autores, entre eles Jean Franco, já teriam definido Nova Iorque como uma cidade de Terceiro Mundo, pois em seu bojo coexistem inúmeras culturas antes tidas como ‘periféricas’ e que são hoje parte da marca do hibridismo cultural e lingüístico da cidade (Cf. TORRES, p. 12). A megalópole americana é recriada por Howe não como o símbolo do sucesso da América do Norte, mas sim, como uma terra de ninguém e de todos, que comporta todo e qualquer sujeito adaptado ao entre-lugar. Autores indígenas contemporâneos, acostumados a ambientes biculturais, certamente estão bem equipados para reconstruírem perspectivas inovadoras sobre o passado, o presente e o futuro das Américas, demonstrando, através de seus textos, o quanto a noção de alteridade, de outridade está sempre extremamente vinculada ao espaço e a posição que ocupamos.

Assim, narrativas como a de Howe provocam o deslocamento da noção do *outro*, implicando um inevitável questionamento de antigos conceito de identidade, pelo menos daqueles conceitos que se apoiavam em interpretações binárias e fixas de mundo. Textos produzidos por escritoras mulheres definidas como pertencentes a culturas pós-colonizadas, como as indígenas, estando marcadas como *outras* tanto pelo gênero quanto pela cultura, tem demonstrado gran-

de interesse em reconstruir suas narrativas através da remodelação da linguagem que herdaram, desfazendo os vícios sexistas e eurocêntricos do próprio discurso. O conto analisado de LeAnne Howe nos parece seguir por esse caminho – apresenta uma narradora indígena que cai fora dos estereótipos étnicos e culturais de seu grupo e, sem perder suas próprias referências e heranças, questiona a história de seu país, reconstruído a partir de perspectivas menos comprometidas com os centros de poder. O *outro* está vinculado a um lugar ocupado pelo colonizador, pelo imigrante, enfim, por todos esses ‘outros’ que vieram para o “velho *novo mundo*” após o advento da colonização, e que seriam, no final das contas, os verdadeiros ‘aliens’ das Américas.

Referências Bibliográficas

ASHCROFT, Bill, Gareth Griffiths; TIFFIN, Helen (eds). *The Empire Writes Back: Theory and Practice in Post-colonial Literature*. London: Routledge, 1989.

DONOVAN, Kathleen M. Introduction. *Feminist Readings of Native American Literature: Coming to Voice*. Tucson: U of Arizona P, 1998; p. 5-14.

HALL, Stuart. Quando foi o pós-colonial? Pensando no limite. In: _____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003.

HOWE, LeAnne. “An American in New York” in *Spider Woman’s granddaughters*, Paula Gunn Allen’s (ed.). New York: Fawcett Columbine, 1989.

HUTCHEON, Linda. *Teoria e Política da ironia*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

SARUP, Madan. *Identity, Culture and the Postmodern World*. Athens: The University of Georgia, 1996.

SCHNEIDER, Liane. *Race, Gender and Culture: Reconstructions of 'America' by Native Women Writers*. Tese de Doutorado. UFSC, Florianópolis, 2001.

SHOHAT, Ella. "Estudos de área, estudos de gênero e as cartografias do conhecimento". In: COSTA, Cláudia de Lima e Simone Pereira SCHMIDT (eds.). *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis, Editora Mulheres, 2004.

SIMARD, Rodney. "American Indian Literatures, Authenticity and the Canon." *World Literature Today*, 66.2 (Spring 1992), p. 243-248.

TORRES, Sonia. *Nosotros in USA: literatura, etnografia e geografias de resistência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

WEAVER, Jace. *That the People Might Live: Native American Literatures and Native American Community*. NY: Oxford UP, 1997.